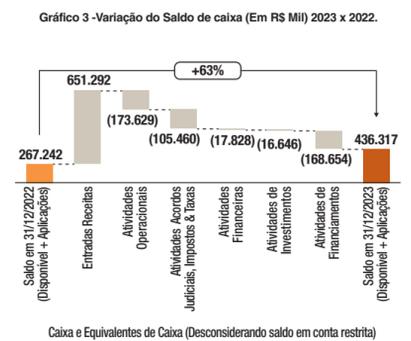
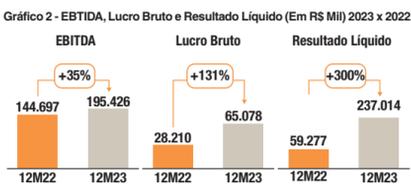
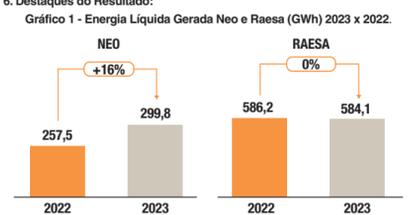


Multiner S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

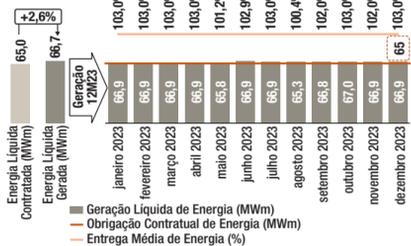
1. Sobre o Relatório: A Multiner S.A. (a "Multiner" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as respectivas informações contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei 6.404/76 e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais. Exceto onde indicado o contrário, as informações são apresentadas em bases consolidadas, em milhares de Reais ("R\$") e incluem as controladas diretas e indiretas da Companhia. Em atendimento à regulamentação aplicável e às melhores práticas de governança corporativa, a Companhia disponibiliza as informações através da área de Relações com Investidores, pelo e-mail (ri@multiner.com.br), no website (www.multiner.com.br) e por relatórios trimestrais e anuais enviados para a Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") disponíveis no site www.cvm.gov.br. **2. Mensagem da Administração:** A Administração, na constante busca de melhoria, vem aprimorando seus controles operacionais e administrativos, evoluindo com as aplicações de controles internos e com o uso de softwares que possibilitem maior confiabilidade nos registros e processos contábeis, fiscais e financeiros. A Companhia visa a total transparência e segurança das informações, nesse sentido, há forte atuação na gestão de Compliance, evidenciado pelo: Código de Ética; auditorias externas; canal de denúncia; relatórios de controles internos; normas e políticas, dentre outras ações de Governança. Em 2023 a Administração seguiu empenhada na renegociação das dívidas, tais como BNB na controlada NEO e Fundações Prestes, Postais e Celos na controlada indireta Raesa, objetivando o aumento na liquidez de caixa, redução dos custos dos endividamentos e melhora dos índices econômicos. No que diz respeito ao desempenho operacional, a controlada indireta Raesa apresentou performance de índice médio de atendimento do contrato de 102,5%, mantendo assim a geração líquida acima da obrigação contratual, atingindo a média de 66,7 MW em 2023. Já a controlada NEO obteve em 2023 um aumento na geração de energia em 16,5% em comparação a 2022, entretanto, apesar desse avanço, a NEO não conseguiu atingir a curva contratual estabelecida, em razão das restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a baixa média dos ventos. Em relação ao desempenho financeiro, a Companhia encerrou 2023 com uma receita líquida consolidada de R\$ 253.228 mil, um acréscimo de 22% em relação a receita líquida de 2022 de R\$ 207.503 mil. Em relação ao lucro bruto, a Companhia encerrou 2023 com R\$ 65.078 mil um aumento de 131% em relação ao resultado de R\$ 28.210 apurado em 2022, tendo como um dos principais fatores a redução da provisão de glosa da NEO de R\$ 29.655.

dezembro de 2010 (Alegria I) e dezembro de 2011 (Alegria II). O complexo Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA") e possui contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements - PPAs), com vigência até 2030 com a ENBPAP. **6. Destaques do Resultado:**

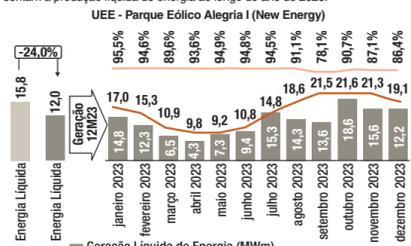


Caixa e Equivalentes de Caixa (Desconsiderando saldo em conta restrita)

7. Desempenho Operacional - RAESA: Atualmente a controlada Raesa está equipada com cinco novos motores WARTSILÄ W18V50SG, uma vez que a contagem de horas de operação foi reiniciada após a conversão dos equipamentos para operar exclusivamente com Gás Natural. Essa mudança resultou em uma melhora significativa na performance dos motores, os quais agora entregam uma potência instalada de 18,35 MW cada (anteriormente, a potência instalada era de 17,08 MW). Como resultado, a potência total instalada da usina aumentou de 85,38 MW para 91,75 MW. Em 2023 a geração média do período foi de 66,7 MW médio, o que reflete uma entrega de 102,6%. A obrigação contratual estabelecida com a Centrais Elétricas do Norte S/A - Eletronorte é de 65,0 MW médio. O excelente desempenho operacional da Raesa ao longo de 2023 permitiu que o índice de cumprimento do contrato superasse os 100%, mantendo-se dentro dos limites contratuais estabelecidos em 103%. Isso ressalta a eficácia da decisão de converter os motores para consumo 100% a GNV, especialmente em relação ao contínuo desempenho dos equipamentos. Com relação ao calendário de manutenções, ao longo do primeiro semestre de 2023 o motor 3 esteve inoperante devido a um incidente operacional ocorrido em janeiro de 2023, retornando suas operações em junho de 2023. Entretanto, por meio de uma estratégia operacional e de intervenção metódica nos motores, foi possível suprir a necessidade com um motor reserva e, desse modo, não houve impacto negativo na geração de energia, sendo entregue acima de 100% da obrigação contratual. Por outro lado, foi necessário reformular o planejamento das intervenções de manutenção e revisões gerais de 18.000 horas nos motores. Em setembro de 2023 foi finalizada com êxito a manutenção programada de 18.000 horas do motor 5, e no trimestre subsequente foi realizada manutenção de 18.000 horas do motor 4. No gráfico abaixo é apresentado a entrega média de energia e o acompanhamento da geração mensal.



8. Desempenho Operacional - NEO: Em 2023 o Complexo Alegria alcançou uma geração média de 34,2 MW, registrando um aumento de 16,5% em comparação a 2022. No Parque Alegria I, a geração média atingiu 12,03 MW durante 2023, refletindo uma leve redução de 1,9% em relação a 2022, que registrou uma média 12,3 MW. Por outro lado, o Parque Alegria II registrou em 2023 uma geração média de 22,2 MW, representando um aumento de 29,6% em comparação a 2022, quando gerou uma média de 17,1 MW. A melhora na geração de energia em 2023 é atribuída principalmente à estratégia de 2022 de reparo e trocas proativas das pás, resultando em um aumento na disponibilidade dos aerogeradores e a redução da provisão de glosa no exercício (R\$ 68.175 mil em 2023 versus R\$ 97.830 mil em 2022). Em 2023, foram reparadas 71 pás e instaladas 66 (22 aerogeradores), sendo mantidas 5 pás como sobressalentes. O ciclo final de recuperação e troca das 72 pás restantes será realizado no segundo semestre de 2024. Os principais fatores que afetaram a geração do Complexo Alegria e não contribuíram para aproximá-la da curva de geração esperada são a menor frequência e velocidade dos ventos da região, responsável por 53% das perdas, além das restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), responsável por 22% das perdas de geração. Os gráficos a seguir representam a produção líquida de energia ao longo do ano de 2023:

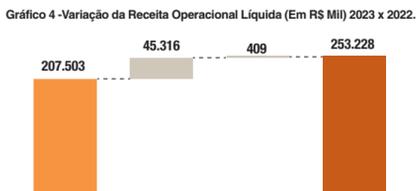


9. Desempenho Financeiro - Receita Operacional:

Em R\$ mil	12M23	12M22	Δ %	Δ \$
Receita fixa	303.774	293.871	3%	9.903
Receita variável	(15.778)	(45.019)	-65%	29.241
Receita bruta	287.996	248.852	16%	39.144
Impostos e encargos	(34.768)	(41.349)	-16%	6.581
Deduções das receitas	(34.768)	(41.349)	-16%	6.581
Total ROL	253.228	207.503	22%	45.725

A Receita Bruta de 2023 apresentou um aumento de 16%, comparado ao ano anterior, sendo que o principal efeito, foi a redução da provisão de Glosa na NEO, R\$ 68.175 mil em 2023 ante R\$ 97.830 em 2022. A melhora da receita no exercício é resultado do projeto de reparo de pás, o qual permitiu à NEO recuperar as pás dos aerogeradores e aumentar a disponibilidade operacional, contribuindo positivamente na geração do Complexo Alegria. A baixa média da velocidade dos ventos e as limitações impostas pelo ONS são os principais fatores que impactam o saldo da Glosa. No ano de 2023 foi verificada a redução de 16% nas Deduções das Receitas em comparação a 2022, essa queda está associada à alteração da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que foi reduzida de 25% para 18% no mês de março de 2023, e posteriormente ajustada para 20% em abril de 2023. Por fim, em 2023 a Receita Operacional Líquida

atingiu o montante de R\$ 253.228 mil, registrando um incremento de 22% em comparação a 2022, cujo valor foi de R\$ 207.503 mil. O gráfico abaixo apresenta as variações das receitas operacionais líquidas por fonte de geração, a qual observa-se que NEO apresentou variação positiva da receita líquida no valor de R\$ 45.316 mil, já RAESA manteve-se em linha com a receita de 2022.



10. Desempenho Financeiro - Custos Operacionais:

Em R\$ mil	12M23	12M22	Δ %	Δ \$
O&M	(97.315)	(83.525)	17%	(13.790)
Depreciação e Amortização	(67.372)	(68.604)	-2%	1.232
Salários e encargos	(11.894)	(15.580)	-24%	3.686
Seguros	(5.713)	(4.504)	27%	(1.209)
Outros	(5.856)	(7.080)	-17%	1.224
Total Custos Operacionais	(188.150)	(179.293)	5%	(8.857)

Em 2023 os custos operacionais atingiram R\$ 188.150 mil versus R\$ 179.293 mil em 2022, refletindo uma variação de 5%, atribuída, em grande parte, às duas grandes manutenções de 18.000 horas dos motores da RAESA realizadas em 2023, conforme previstas para as manutenções periódicas. Vale ressaltar que em setembro de 2021 foram concluídas as conversões dos motores, resultando no reinício do horímetro dos motores, o que significa que em 2022 não foram necessárias grandes manutenções, resultando assim na grande variação de custos de overhaul observada em 2023. Os custos com salários e encargos totalizaram em 2023 R\$ 11.894 mil, uma redução de 24% em relação aos R\$ 15.580 mil apurados em 2022. Essa variação é atribuída à estratégia de terceirização implementada pela RAESA em 2023, em parceria com a empresa Wartslä que teve como objetivo obter ganhos na renegociação do Overhaul. A redução dos custos com pessoal foi parcialmente compensada com o acréscimo na rubrica de Seguros, a qual atingiu uma variação de 27%, decorrente do alto índice de sinistralidade do mercado de energia eólica, o que resultou em um acréscimo nos custos com o prêmio contratado em 2023.

11. Desempenho Financeiro - Lucro Bruto:

Em R\$ mil	12M23	12M22	Δ %	Δ \$
Receita Líquida	253.228	207.503	22%	45.725
Custos Operacionais	(188.150)	(179.293)	-	(8.857)
Lucro Bruto	65.078	28.210	1	36.868

O lucro bruto de 2023 totalizou R\$ 65.078 mil, o que representa um aumento significativo de 131% em comparação com o montante de R\$ 28.210 mil alcançado em 2022, fruto da redução da provisão de Glosa de R\$ 29.655 da controlada NEO (R\$ 68.175 mil em 2023 versus R\$ 97.830 mil em 2022). A receita líquida de 2023 atingiu R\$ 253.228 mil, ante R\$ 207.503 mil de 2022, resultando em um crescimento de 22% decorrente em grande parte, ao desempenho da NEO na produção de energia, relacionado à mitigação da indisponibilidade das turbinas. Isso se deve à redução das falhas nas pás, resultando na diminuição das Glosas, conforme mencionado anteriormente. No que se refere aos custos operacionais, estes atingiram o montante de R\$ 188.150 mil, refletindo um aumento de 5% em

14. Desempenho Financeiro - Endividamento:

(Em R\$ Mil)	RAESA		NEO		Multiner		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
"Divida Não Conversível"	850.130	850.499	508.658	593.187	19.784	18.736	1.378.571	1.462.423
CCBs	850.629	849.638	184.114	229.483	-	-	1.034.743	1.079.121
BNB	-	-	318.824	359.179	-	-	318.824	359.179
Debêntures Bolognesi	-	-	-	-	19.784	18.736	19.784	18.736
Provisão Encargos	(499)	861	5.719	4.525	-	-	5.220	5.286
"Divida Conversível"	89.152	89.152	288.065	288.065	14.067	14.067	391.284	391.284
CCBs Postais Conversível	89.152	89.152	288.065	288.065	-	-	377.217	377.217
Debêntures Fundiária	-	-	-	-	14.067	14.067	14.067	14.067
Subtotal	939.282	939.651	796.723	881.252	33.851	32.803	1.769.855	1.853.707
Custo de Captação	(4.167)	(5.571)	(3.365)	(3.884)	-	-	(7.532)	(9.455)
Total	935.115	934.081	793.358	877.368	33.851	32.803	1.762.323	1.844.252

A Companhia tem como base do seu endividamento as CCBs emitidas pela RAESA e NEO, as Debêntures emitidas pela Multiner e o financiamento com o BNB obtido pela NEO. As dívidas da Companhia em 2023 totalizam R\$ 1.762 mil líquidos do custo de captação. Atualmente, todas CCBs não conversíveis da NEO estão adimplentes, conforme os termos estabelecidos nos contratos e/ou aditivos. No que diz respeito às CCBs de Preço e Postais da RAESA, que estavam sendo pagas mensalmente por meio do *standstill* desde 2019, tiveram seus pagamentos suspensos, assim como a dívida com a Celos. Isso se deve ao fato de que as três estão atualmente em processo de negociação. A Companhia está empenhada em buscar um acordo com as fundações credoras da RAESA para reestruturar o financiamento. Os endividamentos com características conversíveis (CCBs de Postais e Debêntures Fundiária) totalizaram em 2023 R\$ 391.284 mil, sendo CCBs de Postais R\$ 377.217 mil e Debêntures Fundiária R\$ 14.067 mil. Estas dívidas foram objeto de discussão no procedimento arbitral junto à CIESP/FIESP entre os acionistas, instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos. Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações ("FIP") iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA.

15. Balanço Patrimonial Consolidado:

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em R\$ mil)		ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em R\$ mil)	
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE	576.195	433.070	CIRCULANTE	1.053.623	1.078.399
Caixa e equivalentes de caixa	436.317	267.242	Empréstimos e financiamentos	924.630	883.850
Contas a receber	70.159	81.786	Debêntures	19.784	18.736
Tributos a recuperar	12.558	28.299	Fornecedores	18.398	22.506
Arrendamento financeiro	21.338	20.173	Partes Relacionadas	-	-
Estoque de peças	25.147	22.291	Obrigações tributárias	9.010	15.687
Outros créditos	10.676	13.279	Passivo de arrendamento	918	1.015
			Obrigações Sociais e trabalhistas	1.162	2.213
			Outras obrigações	79.721	134.392
NÃO CIRCULANTE	1.394.179	1.468.014	NÃO CIRCULANTE	1.083.717	1.226.666
Tributos a recuperar	86.692	84.581	Empréstimos e financiamentos	426.625	550.382
Arrendamento financeiro	44.376	65.720	Obrigações tributárias	-	158
Partes relacionadas	408.117	408.117	Fornecedores	137.144	130.422
Outros créditos	7.766	11.458	Impostos diferidos	30.225	33.912
Depósito vinculado - Conta reserva	138.098	121.684	Provisão para demandas judiciais	25.657	28.537
Propriedade para investimento	3.385	3.534	Provisão para desmobilização de ativos	44.858	40.208
Intangível	69.638	79.567	Outras obrigações	991	23.683
Imobilizado	622.395	677.303	Passivo de arrendamento	17.752	18.900
Direito uso - arrendamento mercantil	13.712	16.049	Provisão para perda de investimentos	9.181	9.180
			Partes Relacionadas	391.284	391.284
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(166.966)	(403.981)
			Capital social	855.828	855.828
			Reserva de capital	543.916	543.916
			Ajuste de avaliação patrimonial	(87.870)	(87.870)
			Prejuízo Acumulado	(1.466.978)	(1.696.905)
			Participação dos não controladores	(11.863)	(18.950)
TOTAL DO ATIVO	1.970.374	1.901.084	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.970.374	1.901.084

16. Demonstrações dos Resultados Consolidados:

Demonstrações dos Resultados (Em R\$ mil)	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional líquida	253.228	207.503
Deduções da receita operacional líquida	(188.150)	(179.293)
Lucro bruto	65.078	28.210
Despesas gerais e administrativas	10.226	(3.754)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	50.445	48.241
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	(3)
Resultado antes do resultado financeiro	125.348	

Multiner S.A. - Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ **Continuação**

• Continuação para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo) sobre a energia elétrica e prestação de serviços; e aplicação de;

• Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) à aplicação de acordo com os clientes a serem faturados; diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como reduções destes grupos de contas nas demonstrações financeiras. (i) PIS e COFINS sobre receitas financeiras: As leis nº 637/2002 e nº 10.833/2003, as quais versam sobre o regime não cumulativo do PIS e da COFINS, definem que o base de cálculo será a receita bruta, incluindo-se a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. Desta forma, as receitas financeiras da Companhia e de suas controladas são tributadas pelo PIS e a COFINS, neste regime. Alíquotas a partir de 01.07.2015, do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições, são de 0,65% e 4%, respectivamente. o **Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou tens diferimento reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A Companhia e suas controladas estão inseridas no regime tributável Lucro Real, desta forma, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. (ii) **Reconhecimento de receita das investidas:** A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade e é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e descontos. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. **Receita de arrendamento financeiro:** O reconhecimento do arrendamento mercantil da controlada indireta RAESA se enquadra nos aspectos exigidos pela norma contábil para um arrendamento financeiro, remunerado pela taxa de retorno de 5,73% a.a. em 2023 a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,76% a.a. em 2022, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamento, descontados dos custos de construção da usina. A Companhia apresenta essa receita financeira juntamente com a variação monetária contratual (IGP-M) na demonstração de resultado, no grupo de Receitas Financeiras (vide Nota explicativa 27 (iii)). **Receita de operação e manutenção - O&M:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de geração de energia elétrica estabelecidos no contrato de suprimento de energia que visa a não interrupção da disponibilidade das instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços (vide Nota Explicativa 24(iii)). **Receita de venda de energia renovável:** O reconhecimento da receita oriunda da venda de energia renovável de fonte eólica da controlada NEO em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente, é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Tendo em vista que a controlada NEO está sujeita a montantes mínimos de geração, entende que há contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pelo não desempenho quando não atingida a geração mínima, calculada com base nas estimativas de geração anual e apresentada deduzida da receita operacional líquida. (vide Nota Explicativa 24.(i)(j)). (ii) **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas apresentam obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado, e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despeito relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para demandas judiciais e outras:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme Nota Explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições recebidas durante o ano, diretamente no resultado ou decisões de tribunais. **Provisão para perda de investimentos:** A provisão para perda de investimentos é reconhecida com base no patrimônio líquido da investida para cobrir as perdas permanentes na realização do investimento. A provisão para perda de investimentos apresentada nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas refere-se ao resultado acumulado de perdas por equivalência patrimonial, conforme Nota Explicativa nº 14. (r) **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, quando do último dia do mês, ou a última data de balanço, e outros demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. s) **Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado como não circulante. **4.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas em áreas onde informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve-se considerar que há uma incerteza relativa a determinadas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que diferiam um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são discutidas a seguir: (i) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou grupo de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor e o justo menos custos de venda, o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que tenhamor a base de ativos da unidade geradora do caixa objeto de teste. O valor recuperável é determinado com base no modelo utilizado no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. (ii) **Arrendamento financeiro:** O faturamento da Companhia junto à Amazonas Energia, está sujeito contratualmente à atualização anual pela variação do IGP-M. Considerando-se que a norma contábil é silente em relação à atualização do saldo de arrendamento a receber quando o mesmo está sujeito à atualização monetária, a Administração da Companhia definiu pelo reconhecimento dessas variações contidas nas parcelas recebidas durante o ano, diretamente no resultado do exercício, como receita financeira, mantendo, dessa forma, o saldo de arrendamento a receber por seu valor original, acrescido dos juros de 5,73% a.a. em 2023, a alteração da taxa é decorrente da redução da alíquota de ICMS sobre a venda de energia a partir do mês de julho, e 5,76% a.a. em 2022 e deduzidos da parcela histórica dos valores recebidos durante o ano (vide Nota explicativa 27 (iii)). (iii) **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (iv) **Pressuposto da continuidade:** A Administração avalia periodicamente a capacidade operacional da Companhia e de suas controladas e no que tangue a situação apresentada de patrimônio líquido negativo, refere-se a prejuízos acumulados que vem sendo revertido e o capital circulante negativo é oriundo ao endividamento da Companhia e de suas controladas que é préponderante com partes relacionadas e está em tratativas com os acionistas para reperfilamento da dívida, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 1.1 e 1.3. As subsidiárias operacionais detêm contrato de venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, garantem receitas fixas suficientes para manter suas atividades. Portanto, estas condições não representam risco de continuidade das operações. (v) **Imposto de renda e contribuição social:** A Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia, utiliza informações por segmento para suas análises:

Entidade Segmento
URTE Cristiano Rocha ("RAESA") Fonte térmica
Parque Alegria I e Alegria II ("NEO") Fonte eólica
Itaipu (i) Fonte térmica
Monte Pascoal (i) Fonte térmica
Pernambuco IV (i) Fonte térmica
Termopower V (i) Fonte térmica
Termopower VI (i) Fonte térmica
Multiner S.A. Corporativo

(i) Entidades com outorga revogada. As despesas corporativas e eliminações para o consolidado foram apresentadas em uma única coluna. **5. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações:** 5.1 **As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez em 1º de janeiro de 2023:** Alteração ao IAS 12/IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis requeridas". • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigiu o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes.

• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pillar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país. • Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir a identificação e captação de impostos diferidos decorrentes de transações de arbitragem promovida ou substantivamente promovida da implementação do Pillar Dois da OCDE. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados pela implementação do modelo Pillar Dois da OCDE. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **5.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes:**

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo: • Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 (IAS 1)) - Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e • Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7). A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não esperam efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	112	254	32.891	89.854
Aplicações financeiras (i)	1.041	938	403.426	177.988
	1.153	1.192	436.317	267.242

(i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor. Essas aplicações são remuneradas a taxas de 90% a 111% da CDI em 31 de dezembro de 2023 (90% a 115% da CDI em 31 de dezembro de 2022).

7. Contas a receber:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (i)	41.423	42.189
Conta de Consumo de Combustível - CCC (ii)	-	13.728
Empresa Brasileira de Part. Em Energia Nuclear e BIN S.A. (iii)	26.131	38.217
Outras contas a receber	5.908	4.677
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (i) e (iv)	(3.303)	(17.025)
	70.159	81.786

(i) Recebível da controlada indireta RAESA refere-se ao faturamento de dezembro de 2023 a ser liquidado até fevereiro de 2024. (ii) Refere-se aos ressarcimentos de Conta Consumo de Combustível Isolado (CCC - IsoI), controlada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que efetuou o pagamento do combustível utilizado pela RAESA, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais preestabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas. Os créditos supracitados registrados pelo valor histórico e não incluem encargos pelo atraso dos repasses. O montante apresentado em 2022 de R\$ 13.728 compõe o saldo de perdas emitem de créditos de liquidação duvidosa (conforme item iv). A Companhia possui causa ajuizada para tais créditos, o processo foi julgado parcialmente procedente. Em agosto de 2022 a RAESA foi notificada pela ASD/ANEEL referente ao despacho ANEEL 2.204 que aprova o resultado da fiscalização e do reproprocessamento mensal do período de julho de 2009 a abril de 2017, totalizando R\$89.966, pagos em 24 parcelas mensais e consecutivas atualizadas. De janeiro a dezembro de 2023 a controlada recebeu R\$47.855, sendo, R\$13.728 de principal que foi revertido do saldo de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e R\$34.127 de juros (até 31 de dezembro de 2022 R\$42.556, sendo, R\$15.098 e R\$27.458 de juros). (iii) Recebíveis da controlada direta NEO referem-se ao faturamento de novembro a dezembro de 2023, a serem liquidados em janeiro e fevereiro de 2024, respectivamente. (iv) O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, refere-se a, R\$593 oriundos dos reembolsos de CUSTI na controlada RAESA e R\$2.910 referente ao saldo residual a receber da Energética Comercializadora de Energia, relativa à operação da venda de crédito de energia em março de 2017, apresentados em outras contas a receber nesta nota o exercício foi controlado NEO. **7.1. Movimento do PECLD:** A movimentação da conta durante o período foi como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1 de janeiro de 2023	17.025	32.123
Reversão (iv) (nota 26.1(iv))	(13.728)	(15.098)
Adições: nota 26.1(vi)	6	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.303	17.025

(iv) Do valor apresentado em 2022 da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa até R\$ 13.728 refere-se ao processo do CCC-IsoI, conforme item (ii), durante o exercício de 2023 a Companhia reverteu a totalidade da provisão de acordo com o valor recebido em caixa pela Companhia pelo reproprocessamento do CCC-IsoI pelo órgão regulador, demais saldos estão descritos no item (iii) acima.

8. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ (i)	148	204	57.718	69.322
IRRF (i)	26	25	7.597	9.592
CSLL (i)	-	-	13.749	14.971
COFINS (ii)	110	91	16.525	15.475
PIS (ii)	25	34	3.589	3.374
Outros impostos a recuperar	1	-	72	146
Total	310	358	99.250	112.890
Ativos fiscais ou exposições recebidas durante o ano, diretamente no resultado ou decisões de tribunais. Provisão para perda de investimentos:	310	158	12.558	28.299
Não circulante	-	-	196	86.692
84.581	-	-	-	-

(i) Os montantes apresentados no consolidado estão concentrados na controlada RAESA que detém de R\$74.079 de créditos dos períodos de 2009 a 2022 de origem de saldos negativos de IRPJ e CSLL e órgãos públicos e IRRF de aplicações financeiras, sendo R\$56.063 relativos a créditos de 2009 a 2015, atualizados até dezembro de 2023, os quais estão em processo administrativo na Receita Federal do Brasil para restituição e R\$8.016 relativos a créditos de 2021 a 2022 de origem de saldos negativos de IRPJ e CSLL, os quais estão em PERDCCOMI sendo utilizados conforme são apurados débitos no exercício. (ii) A Companhia registrou em 2021, o valor do indébito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, período de 2010 a 2014, referendada pelos seus assessores legais, considerando todos os aspectos contratuais, regulatórios e jurídicos. Sendo assim, a controlada RAESA apuro o montante de contribuições a recuperar de R\$17.564, acrescidos de atualização pela SELIC, saldo corrigido até dezembro de 2023 de R\$ 19.976. Por essas razões a Companhia está buscando o cumprimento de sentença da decisão favorável, para que o saldo seja restituído, seja expedido eventual crédito. Os débitos de contribuições referem-se a insumos e depreciação. A metodologia de utilização dos créditos segue critérios estabelecidos pela legislação vigente e a classificação entre circulante e não circulante segue a expectativa de realização pela Companhia com base nas projeções financeiras. A expectativa de realização do saldo de tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	12	12.558
2025	-	-
A partir de 2025	86.692	99.250

9. Partes relacionadas: 9.1. Mútuos com partes relacionadas: a) Saldos ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo a receber:				
Cia. Energética do Uruguai S.A. ("CEU") (i)	19.256	19.256	19.256	19.256
2007 Participações S.A.	124	108	-	-
Termelétrica Itaipu S.A.	935	935	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	935	935	-	-
Bolognesi Energia S.A. ("Bolognesi Energia") (ii)(a)	278.323	278.323	278.323	278.323
Bolognesi Energia S.A. ("Bolognesi Energia") (ii)(b)	46.294	46.294	46.294	46.294
New Energy Options S.A. ("New Energy Options S.A.") (iii)	408	362	-	-
S.A. ("Pernambuco IV") (i)	33.126	33.126	33.126	33.126
Central Energética Palmeiras S.A. ("Cepasa") (iii)	65.158	65.158	65.158	65.158
	444.559	444.497	442.157	442.157

Provisão para valor recuperável

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bolognesi Energia	(30.104)	(30.104)	(30.104)	(30.104)
Outras empresas do Grupo	(3.936)	(3.936)	(3.936)	(3.936)
	(34.040)	(34.040)	(34.040)	(34.040)
	410.519	410.457	408.117	408.117

(i) Saldo composto por AFACs realizados pela Companhia nos períodos de 2011 a 2018, os quais, em decorrência do recurso do prazo para conversão de AFAC em capital, foram convertidos em mútuos, sendo o principal de R\$7.030, mais juros e IOF de R\$9.805. Estão incluídos no saldo os valores de contrato de fruição de R\$2.037 e despesas a reatar entre os acionistas de R\$384. (ii) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Taxa	31/12/2023	Taxa	31/12/2022
Assunção de dívida Pernambuco III (a)	-	144.676	-	144.676
Juros e IOF (a)	-	133.647	-	133.647
Assunção de dívida antigos sócios (b)	-	22.283	-	22.283
Juros e IOF (b)	-	24.011	-	24.011
	-	324.617	-	324.617

(a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fiduciária de Bolognesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação dos recursos foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação deles. Esse valor, acrescido de juros de 105% do CDI, deveria ter sido utilizado no momento da capitalização na Mesa S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que a dívida não seja convertida em ações. As obrigações previstas e não adimplidas pelas partes, estão em discussão conforme a decisão do procedimento de arbitragem proferida em abril de 2022. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.1. Cabe destacar ainda que, sobre o montante, houve a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais foram devidamente registrados e recolhidos. (a) e (b) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem. (Nota Explicativa 1.1). (c) A parcela relacionada à assunção de dívida dos antigos sócios corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A., o qual era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado. (ii) Em setembro de 2014 a Companhia enviou R\$41.044 à Central Energética Palmeiras S.A. "Cepasa" através de contrato de mútuos celebrados entre as partes com incidência de juros equivalente a 103% do CDI, os montantes foram atualizados até dezembro de 2017, conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa 1.1). (iv) Recursos financeiros enviados pela Companhia para a Termelétrica Pernambuco III "PIII" entre os períodos de 2013 a 2015, para compra de óleo HFO e pagamento de serviços de operação e manutenção da usina. O valor está composto do principal de R\$21.000, acrescido de juros e IOF de R\$12.126. Esses montantes tiveram sua atualização suspensa em dezembro de 2017 conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa 1.1). (v) Saldo de R\$ 408 apresentado em 31 de dezembro de 2023 refere-se ao compartilhamento de despesas a receber da controlada NEO, (R\$362 em 31 de dezembro de 2022). b) Saldos passivos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de depreciação anual (%)	-	-	-	-
Depreciação acumulada	831	(622)	209	321
Saldo líquido	40	(26)	14	17
	871	(648)	223	371

(i) informações consolidadas que incluem a posição financeira da RAESA.

14.2. Consolidado - provisão para perda de investimento: Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R\$9.181.

14.3. Controladora - ativo:

	Monte Pascoal		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Investimento em 31/12/2022	5.233	5.233	-	-
Aumento de capital	31	31	-	-
Equivalência patrimonial	1.499	1.499	-	-
Investimento em 31/12/2023	6.763	6.763	-	-

15. Depósitos vinculados: Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), firmados em garantias que visam assegurar o pagamento de obrigações da Companhia e suas investidas. A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CDBs - BNB (i)	99%	CDI	26.308	23.313
CDBs - BNB (i)	100%	CDI	54.838	48.813
Fixa - BNB (i)	-	-	-	-
CDBs - China	98%	CDI	37.088	32.888
Bank (ii)	95%	CDI	10.742	9.928
Bradesco (ii)	-	-	-	-
Outros depósitos vinculados	794	794	9.122	6.742
	794	794	138.098	121.684

(i) Refere-se à aplicação financeira em CDBs emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento Alegria I, firmado em 22 de setembro de 2009 e para o financiamento do empreendimento Alegria II, firmado em 22 de dezembro de 2010, respectivamente. (ii) Refere-se à aplicação financeira em garantia ao Contrato de Prestação de Fiância para a construção dos empreendimentos Alegria I e Alegria II.

16. Imobilizado: A composição do imobilizado é apresentada conforme segue:

	Controladora			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de depreciação anual (%)	-	-	-	-
Depreciação acumulada	831	(622)	209	321
Saldo líquido	40	(26)	14	17
	871	(648)	223	371

(i) informações consolidadas que incluem a posição financeira da RAESA.

14.2. Consolidado - provisão para perda de investimento: Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R\$9.181.

14.3. Controladora - ativo:

	Monte Pascoal		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Investimento em 31/12/2022	5.233	5.233	-	-
Aumento de capital	31	31	-	-
Equivalência patrimonial	1.499	1.499	-	-
Investimento em 31/12/2023	6.763	6.763	-	-

15. Depósitos vinculados: Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), firmados em garantias que visam assegurar o pagamento de obrigações da Companhia e suas investidas. A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CDBs - BNB (i)	99%	CDI	26.308	23.313
CDBs				

Multiner S.A. - Companhia Aberta - CNPJ nº 08.935.054/0001-50
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

17. Fornecedores:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedor nacional (i)	64	419	151.763	149.840
Outros fornecedores	64	419	3.779	3.098
			155.542	152.938
Circulante	64	419	18.398	22.506
Não circulante	-	-	137.144	130.432

(i) Saldo apresentado no consolidado, refere-se substancialmente à dívida da RAESA junto a Vibra Energia no montante original de R\$ 221.000, decorrente de compra de óleo, não quitada em decorrência do não ressarcimento para a RAESA dos valores equivalentes por parte da Conta de Consumo de Combustível - CCC-ISOL. Em dezembro de 2021, foi firmado acordo de renegociação de dívidas com a Vibra Energia S.A. e, dessa forma, o valor do passivo foi reduzido para R\$ 150.000. Esse valor será pago da seguinte forma: i) R\$ 20.000, já liquidados em dezembro de 2021; mais 41 parcelas fixas, mensais e consecutivas de R\$ 768, vencendo a primeira em janeiro de 2022 e a última em maio de 2025. Durante o exercício de 2023 e 2022 foram efetuados pagamentos no montante de R\$9.217 e reconhecida a atualização financeira por INPC RS 15.949, (R\$ 16.350 em 31 de dezembro de 2022), o saldo final até 31 de dezembro de 2023 com o fornecedor é de R\$144.953 (R\$ 138.126 em 31 de dezembro de 2022). O pagamento do saldo remanescente de R\$ 99.000, está condicionado à obtenção de decisão favorável à RAESA, com trânsito em julgado, no Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400, que trata dos valores pendentes a receber do CCC-ISOL. Caso a RAESA não obtenha êxito em receber os valores em questão, as partes acordam que a referida parcela da dívida estará integralmente quitada. Dessa forma, a RAESA efetuou uma reversão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do passivo pelo valor do desconto definitivo obtido, no valor de R\$ 71.000, reconhecidos como descontos obtidos. Em agosto de 2022 a RAESA obteve o reprocessamento parcial dos saldos envolvidos no CCC-ISOL, conforme (Nota Explicativa nº 7 (ii) e (iv)).

18. Obrigações tributárias e impostos diferidos:
18.1. Obrigações tributárias: As obrigações tributárias referem-se aos impostos corretos e impostos em parcelamentos e são apresentados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IOF	464	464	476	480
ICMS	-	-	434	3.968
IT	-	-	4.040	-
CSLL	-	-	134	1.542
PIS	-	-	468	543
COFINS	-	-	2.291	2.559
Outros impostos	34	8	1.133	575
Total	498	472	8.836	13.707

Parcelamentos:
Impostos federais - 174 2.051
Outros parcelamentos - 174 2.138
Total - 348 4.189
Total das obrigações tributárias - 498 472 9.010 15.845
Circulante - 498 472 9.010 15.847
Não circulante - - - 158

18.2. Impostos diferidos: Os impostos diferidos referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes da apuração de mais-valias dos ativos tangíveis e intangíveis da combinação de negócios da Companhia em aquisição de controle e ações da investida NEO a ser amortizado até 2031, período do PPA, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Impostos diferidos - Passivo	30.255	33.912
Total	30.255	33.912
Não circulante	30.255	33.912

A movimentação pode ser assim apresentada:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos em 01 de janeiro de 2022	37.599	-
Amortização	(3.687)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.912	-
Saldos em 01 de janeiro de 2023	33.912	-
Amortização	(3.687)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.225	-

A expectativa de realização do saldo de impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	31/12/2023	31/12/2022
Até 31 de dezembro de 2024	3.687	-
Até 31 de dezembro de 2025	3.687	-
Após 2025	22.851	-
	30.225	-

19. Empréstimos, financiamentos e debêntures: O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2023 é composto da seguinte forma:

Credores	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Valor da contração	Saldo devedor	Saldo devedor	Saldo devedor
			circulante	circulante	circulante
Bolognesi Energia S.A.	Debêntures	3.000	19.784	19.784	18.736
Energia S.A.	Debêntures	3.000	19.784	19.784	18.736
Total					

Modalidade	31/12/2023		31/12/2022	
	Emprés- timos	Total do passivo	Emprés- timos	Total do passivo
Debêntures	19.784	19.784	18.736	18.736
CCBs	1.039.963 (4.167)	1.035.796	1.084.508 (5.571)	1.078.937
Financiamentos	318.824 (3.365)	315.459	359.179 (3.884)	355.295
Total	1.378.571 (7.532)	1.371.039	1.462.423 (9.455)	1.452.968

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor da contração	Saldo devedor	Valor da contração	Saldo devedor
Financiamentos/CCBs	Devedor	Saldo devedor	Devedor	Saldo devedor
Fundos de Pensão (i)	RAESA	176.239	453.093	453.093
Fundos de Pensão (i)	RAESA	69.090	397.036	397.036
Fundos de Pensão (ii)	NEO	177.200	189.834	37.591
BNB (ii)	NEO	648.749	318.824	41.076
Custo de transação	-	-	(4.166)	(3.365)
Total	1.351.255	924.630	426.625	1.434.232

(i) A Companhia está em tratativas com os detentores das CCBs para repactuação das dívidas, a fim de melhorar a sua estrutura de endividamento. Preço, Celos e Postais estão com suas negociações em andamento. As partes se comprometeram a empenhar seus melhores esforços para concluir as negociações para um acordo definitivo. (ii) Refere-se aos financiamentos do BNB, firmados para financiar os empreendimentos Alegria I e II. As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas a seguir:

Financiadores/credores	Devedor	Atividade	Modalidade	Taxes		Contratação		Início		Término	
				9,50% a.a. + IGP-M	9,50% a.a. + IGP-M	31/05/2019	31/10/2019	31/10/2019	31/10/2020		
Multiner Energia S.A.	Multiner	Holding	Debêntures	9,50% a.a. + IGP-M	17/02/2006	17/02/2006	15/10/2020	-	-	-	-
Fundos de Pensão (1ª emissão)	RAESA	Térmica	CCB	9,75% a.a. + IGP-M	17/02/2006	17/02/2006	15/10/2020	-	-	-	-
Fundos de Pensão (2ª emissão)	RAESA	Térmica	CCB	9,00% a.a. + IGP-M	20/04/2006	15/08/2007	15/10/2020	-	-	-	-
Fundos de Pensão	NEO	Eólica	CCB	9,13% a.a. + IGP-M	22/09/2009	22/10/2011	22/09/2029	-	-	-	-
BNB	NEO	Eólica	Financiamento	7,50% a.a.	22/09/2009	23/01/2013	23/12/2030	-	-	-	-

combustível dos motores da UTE Cristiano Rocha, correspondente à subvenção para investimento, estabelecido em R\$102 milhões que serão pagos conforme a comprovação da redução do dispêndio referente aos reembolsos de consumo de óleo combustível de geração de energia. Durante o exercício de 2023 a controladora reconheceu receitas de sub-rogação em seu resultado os montantes de R\$45.585 (31 de dezembro de 2022 - R\$45.441) conforme descrito na Nota Explicativa 26.2 (ii). (iii) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital das investidas não operacionais. Os adiantamentos realizados durante o exercício de 2022 foram integralizados em abril de 2023, com exceção da investida CEU que está em negociação entre os Administradores. Do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$597 foi constituído durante o este exercício. (iv) Valor refere-se à ação tributária em razão da ausência de retificação de obrigação acessória para os débitos de IOF referentes às transações entre partes relacionadas.

21.2. Outras obrigações:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Acordo Wartsla (i)	-	-	10.694	-
Acordo Tecmon (ii)	-	25.467	-	25.467
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	-	-	11.435	9.314
Suprimento energia elétrica (iv)	-	-	62.998	95.258
Custos do uso do sistema de transmissão (CUST)	-	-	1.441	1.341
Consultoria jurídica - processo CCC	-	-	708	2.256
Advanced Composit	-	-	-	3.128
Diversos fornecedores - reparo de pás	-	-	151	-
IV Transportes e locações	-	-	-	560
SINIM	-	-	256	-
Consultoria jurídica - diversas	-	1.061	10	2.050
Obrigações trabalhistas	513	970	1.162	2.213
Provisões diversas	205	2.031	3.174	8.007
	718	29.529	81.875	160.288
Circulante	718	13.262	80.883	136.605
Não circulante	-	16.267	992	23.683

(i) O montante apresentado em 2022 refere-se ao acordo da controladora indireta RAESA com a Wartsla pelo fornecimento de serviços e peças para manutenção de equipamentos utilizados pela UTE Cristiano Rocha, a dívida tinha previsão para término em maio de 2018, em setembro de 2023, as partes entraram em acordo para liquidação do saldo no período de RS 7.288 com desconto de R\$1.413, resultando em um saldo a pagar de R\$ 5.875 em 4 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.469, a partir de setembro de 2023. (ii) Trata-se de procedimento arbitral proposto pela Tecmon em face da Multiner S.A. e outras, em função da rescisão dos respectivos contratos de empreitada (EPC), uma vez que as outorgas foram revogadas no decorrer das obras. A arbitragem foi proposta em 01/2018, na Câmara Arbitral da FGV sob o nº 02/2018. Dado que o valor da condenação em favor de 2022 atingia a quantia de aproximadamente R\$ 30 milhões de reais e o risco de Multiner sofrer medidas constritivas nas suas contas, as partes resolveram formalizar um instrumento particular de acordo, no sentido de suspender toda e qualquer medida construtiva ou executória em face da Companhia, no valor de R\$ 23.000 com atualização SELIC. Em 24 de março de 2023 em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento do referido acordo, a Companhia obteve uma redução no valor final acordado em maio de 2023 de R\$ 7.400 e o valor final de R\$ 18.000, o montante foi reclassificado para fornecedores e quitado. (iii) Refere-se à previsão na controladora indireta RAESA para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2009 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012. A fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema. (iv) Refere-se à obrigação de pagamento devido à entrega inferior do montante de energia contratada em decorrência da indisponibilidade das turbinas versus energia entregue nos períodos, conforme § 1º da cláusula 9ª do Contrato de Compra e Venda de Energia - Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da investida NEO. A receita de venda, conforme o contrato contratado, foi recebida em sua totalidade, gerando a obrigação de pagamento em parcelas mensais e sucessivas ao longo do exercício subsequente (vide Nota Explicativa nº 24.2). **22. Patrimônio líquido:** **Capital social:** **Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a recebimento de dividendo, no mínimo, de 10% (PNA e PNB), 9,42% (PNC) e 8,29% (PND) superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social. **Dividendos:** Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado e o pagamento de dividendos fixos e não cumulativos às ações preferenciais classe C e classe D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo e para as ações preferenciais classe A e B no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias nos termos dos parágrafos quinto (a) e sexto (a) do artigo 5º do Estatuto. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou integrais. **a) Capital social subscrito e integralizado:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$855.828 integralizado e R\$ 6 subscrito divididos em 14.721.297 ações. Segue abaixo a composição das ações:

Numerador	31/12/2023		31/12/2022	
	Lucro líquido do exercício <th>229.227</th> <th>56.101</th> <th>-</th>	229.227	56.101	-
Denominador (número de ações)				
Média ponderada do número de ações ordinárias	7.877.740	7.877.740	-	-
Média ponderada do número de ações preferenciais - Classes A e B	6.843.555	6.843.555	-	-
Número de ações preferenciais - Classe C 1	1	1	-	-
Número de ações preferenciais - Classe D 1	1	1	-	-
Remuneração das ações preferenciais - Classes A e B - 10%	1,10	1,10	-	-
Remuneração das ações preferenciais - Classe C - 9,42%	1,09	1,09	-	-
Remuneração das ações preferenciais - Classe D - 8,29%	1,08	1,08	-	-
Média ponderada do número de ações preferenciais	7.527.913	7.527.913	-	-
Denominador ajustado				
Denominador do resultado básico por ação	14.721.297	14.721.297	-	-
Denominador do resultado básico por ação ajustado	15.405.653	15.405.653	-	-
Lucro básico por ação				
Lucro básico por ação ordinária	0,01492	0,00364	-	-
Lucro básico por ação preferencial - Classes A e B	0,01642	0,00401	-	-
Lucro básico por ação preferencial - Classe C	0,01627	0,00397	-	-
Lucro básico por ação preferencial - Classe D	0,01612	0,00393	-	-

Composição do lucro	31/12/2023		31/12/2022	
	Lucro básico por ação ordinária	117.574	28.687	-
Lucro básico por ação preferencial - Classes A e B	112.355	27.416	-	-
Lucro básico por ação preferencial - Classe C	0,0163	0,0040	-	-
Lucro básico por ação preferencial - Classe D	0,0161	0,0040	-	-
Total	229.927	56.101	-	-

23. Passivos contingentes: **23.1. Causas prováveis:** A Companhia reconhece provisões para demandas judiciais com base na avaliação da probabilidade de risco de perda, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, seja provável de perda. Essas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada e previstas em análise individual para cada processo judicial. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuíam processos com probabilidade de perda provável conforme demonstrado abaixo:

Demandas judiciais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cominação de Negócios (i)	-	-	2.180	4.871
CCEE - Prioritas (ii)	-	-	20.348	21.018
Outros processos	45	262	3.129	2.648
Total	45	262	25.577	28.537

(i) Contingências de origens civis de processos com fundários sendo o maior valor de R\$ 1.949 atualizados, com prognóstico de perda possível identificado na

Polo Ativo
Construtora Jole (i)
Diversos trabalhistas (ii)
IOF (iii)
Outros processos
Total causas passíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Construtora Jole (i)	-	-	2.180	4.871
Diversos trabalhistas (ii)	-	-	20.348	21.018
IOF (iii)	45	262	3.129	2.648
Total	45	262	25.577	28.537

(i) Trata-se de ação de precatória de execução interrompida da Construtora Jole Ltda., o processo encontra-se concluso, pendente de prolação de sentença. (ii) A Companhia é demandada por ex-empregadores e ex-prestadores de serviços pelos quais são pleiteados, em suma: nulidade do contrato de prestação de serviços; reconhecimento de vínculo empregatício; horas intercalares; equiparação salarial; horas extras; entre outros. (iii) Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal para a cobrança de supostos débitos a título de (i) Imposto sobre Operações Financeiras "IOF" do período de maio de 2013 e janeiro até julho de 2016, referente a transações entre partes relacionadas. A Companhia defende que as operações de mútuo entre as empresas do grupo não poderiam ser consideradas como crédito relativo. A Multiner S.A. e suas controladas, Termelétrica Monte Pascoal S.A., Termelétrica Itapebi S.A., Termelétrica Pernambuco IV S.A. e A&G Energia Empreendimentos Ltda., ajuizaram as ações judiciais números 0053628-98.2012.4.01.3400 e 0061003-53.2012.4.01.3400, com o objetivo de anular atos administrativos da ANEEL que determinaram a execução do seguro garantia apresentado pelas autoras, em razão de suposto descumprimento do cronograma de implantação atrelado aos CCEARs celebrados em decorrência dos respectivos Leilões de Energia nº 02/2007 e 02/2008. A consequência imediata de eventual julgamento final desfavorável em ambas as ações, será a execução dos seguros-garantia pela Aneel perante a seguradora, sendo o valor da garantia referente à Termelétrica Itapebi S.A. no montante de R\$ 20.302 milhões, referente à Termelétrica Monte Pascoal S.A. no montante de R\$ 20.431 milhões e referente à Termelétrica Pernambuco IV S.A. no montante de R\$ 32.398 milhões, com eventual pagamento do prêmio pelas autoras.

24. Receita operacional líquida:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Vendas de energia contratada (i)	303.774	293.871
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	(68.175)	(97.830)
Reculta com operação e manutenção - O&M (iii)	51.958	51.875
Venda de energia de lastro	-	801
Outras receitas operacionais	439	135
Total receita bruta	287.996	246.952
Impostos e passivos de contrato	(12.996)	(17.892)
COFINS	(16.849)	(17.982)
PIS	(3.658)	(3.904)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.841)	(1.787)
Total deduções	(34.788)	(41.439)
Reculta líquida de vendas	253.228	207.503

(i) Parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a investida NEO junto à Empresa Brasileira de Part. em Energia Nuclear e BBN S.A. (ii) Em 2023 houve uma entrega superior ao realizado com relação ao exercício de 2022. O ajuste contratual é realizado em função da entrega inferior de energia contratada, o ajuste está descrito conforme parágrafo 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia - Fonte Eólica no âmbito do PROINFA. (iii) O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente. **24.1. Informações desagregadas da reculta:** A reculta operacional consolidada da Companhia é oriunda da venda de energia elétrica de origem de energia renovável de fonte eólica no âmbito do PROINFA e reculta de operação e manutenção de fonte térmica, a base gás natural conforme estabelecido em contrato e é composta conforme segue:

Segmentos	31/12/2023		31/12/2022	
	Fonte eólica	Fonte térmica	Fonte eólica	Fonte térmica
Vendas de energia	303.774	-	293.871	-
Suprimento de energia elétrica	(68.175)	-	(97.830)	-
Reculta com operação e manutenção - O&M	51.958	-	5	

